

Comitê de Governança, Riscos e Controle da UFSM

- 1ª Reunião – 21/10/2020

Agenda

1. Aprovação da política de Gestão de Riscos da UFSM
2. Definição de grupos de trabalhos com os seguintes objetivos:
 1. Estabelecer metodologia do processo de identificação e avaliação dos riscos institucionais
 2. Definir metodologia de avaliação da governança institucional- como preparatória para a avaliação do TCU 2021
3. Apresentação da avaliação do Plano de integridade do 1 semestre de 2020
4. Assuntos gerais

Contextualização

IN MP/CGU N. 01/2016 : estabeleceu que todos os órgãos e entidades do Poder Executivo federal devem adotar medidas de sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos, e à governança.

Resolução Nº 18/2017: Apresenta e aprova o Regulamento da Política de Gestão de Riscos, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.

Portaria 1.089/18: Estabelece o Programa de Integridade

Decreto Nº 9759/2019: Extingue os órgãos colegiados criados até abril de 2019

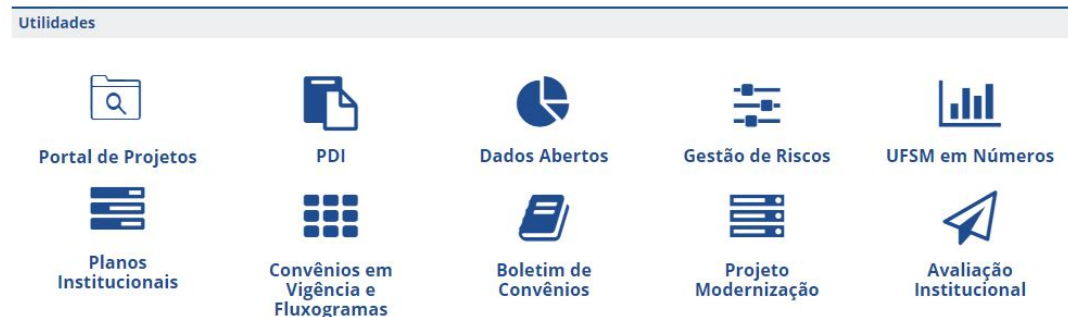
Contextualização

Linhas de atuação na UFSM até 2019:

- Gestão de Riscos Estratégicos – alinhados ao PDI 2016-2026
- Gestão de Riscos Operacionais – alinhados a gestão de processos
- Gestão de Riscos de Integridade – relacionados à conduta dos servidores

Reuniões:

- 05 reuniões do Comitê
- 04 reuniões do GT Metodologia de Avaliação de riscos
- 10 reuniões do GT de Riscos de Integridade
- 04 reuniões do GT de Riscos de Processos Institucionais



Contextualização

Resolução Nº 15/2020

Aprova a (re) criação do órgão colegiado denominado “Comitê de Governança, Riscos e Controles” (CGRC) vinculado ao Gabinete do Reitor na estrutura organizacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Órgão colegiado deliberativo responsável pela elaboração da
Política de Gestão de Riscos na Universidade Federal de Santa
Maria e pela implementação das diretrizes e princípios de
governança, de controle interno e de gestão de riscos no
âmbito da instituição

Comitê de Governança, Riscos e Controles

Competências e Responsabilidades

- I – promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos quanto à gestão de riscos e controles internos;
- II – institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos;
- III – promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;
- IV – garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
- V – promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;
- VI – promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;
- VII – aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;
- ...

Comitê de Governança, Riscos e Controles

Competências e Responsabilidades

...

- VIII – supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;
- IX – liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;
- X – estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem com os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;
- XI – aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;
- XII – emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos;
- XIII – monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo CGRC;
- XIV - coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade;
- XV - orientação e treinamento dos servidores com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade; e
- XVI - promoção de outras ações relacionadas à implementação dos planos de integridade, em conjunto com as demais unidades do órgão ou entidade.

1ª pauta: deliberativa

REGULAMENTO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Anexo da Res. Xxx/xxx, de xxx.xx.xx

CAPÍTULO I DO OBJETIVO

Art. 1º A Política de Gestão de Riscos na Universidade Federal de Santa Maria tem por objetivo instituir diretrizes e princípios de governança, de controle interno e de gestão de riscos no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I Conceitos e Definições

Art. 2º Para fins deste Ato Normativo, consideram-se os seguintes conceitos:

I – Riscos: eventos que podem comprometer o alcance da missão e dos objetivos institucionais, podendo ser subdivididos, em:

a) riscos operacionais: eventos que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;

2ª pauta: deliberativa

1. Definição de grupos de trabalhos com os seguintes objetivos:

1. Estabelecer metodologia do processo de identificação e avaliação dos riscos institucionais
2. Definir metodologia de avaliação da governança institucional- como preparatória para a avaliação do TCU 2021

3ª pauta: Apresentação da avaliação do Plano de integridade do 1 semestre de 2020

PLANO DE INTEGRIDADE



RISCOS IDENTIFICADOS



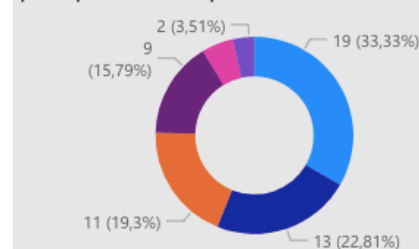
34

Total de riscos identificados

por tipo de riscos por Tipos



por tipo de riscos por Nível de Risco



Impacto Probabilidade

2 - Baixo 2 - Baixa

3 - Médio 3 - Média

4 - Alto 4 - Alta

Eventos	Tipos	Risco - Impacto	Risco - Probabilidade	Nível de Risco	Causas	Efeitos / Consequências
Violência física	Má conduta	2 - Baixo	2 - Baixa	●	4 Sentimentos exacerbados, conjuntura política, posicionamentos extremistas	Danos físicos e psicológicos. Afastamento e/ou do trabalho. Sequelas. Sensação de Danos à reputação institucional, prejuízo de desempenho institucional. Destruição de credibilidade em acusações falsas.
Trote acadêmico	Má conduta	3 - Médio	3 - Média	▲	9 Cultura equivocada, ações de recepção e integração acadêmica abusivas e humilhantes	Coloca em risco a integridade física e psicológica. Tratamento desrespeitoso e de novos alunos. Desacordo com os valores. Fere a imagem da instituição.
Tráfico de influência	Má conduta	3 - Médio	2 - Baixa	▲	6 Usar do cargo na instituição para obter favores ou benefícios para si próprio ou para terceiros. Captar clientes para a atividade privada.	Fere a impessoalidade e a imagem institucional.
Suborno em processos de seleção e concurso de servidores	Corrupção	3 - Médio	2 - Baixa	▲	6 Interesses particulares do servidor, servidor com perfil inadequado para a função, servidor não capacitado, sensação de impunidade, falta de rigor no processo de seleção e concurso.	Vazamento das informações dos envolvidos de seleção. Apropriação de informações que gerem vantagem competitiva. Ilegal enriquecimento ilícito, falta de isonomia, injustiça, desrespeito ao mérito, desrespeito público. Não selecionar o melhor candidato.
Total						

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojOTFODc0YmUtYmNmMi00ZjI2LTgzZTQtYzRkMWQzM2ZkMzg1IiwidCI6Ijlk3OTAyMGQ1LTQ5NTAtNGY0My1hOTk0LTg4ZDY4M2VhYjQ3MyJ9>

UFSM

4ª pauta: COMUNICAÇÕES